

Trabalho de Campo I – Profa. Dra. Valeria de Marcos

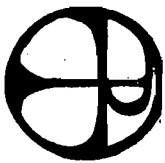
Texto 16 – item 4.2 aula 7

CARDOSO, R. C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: \_\_\_\_\_ (org) A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 95-106

Eunice R. Durham — Eder Sader — Maria Célia Paoli — Luiz Fernando Dias Duarte — Ruth C. L. Cardoso — Alba Zaluar — José Guilherme Cantor Magnani — Guiza G. Debert

## AVENTURA ANTROPOLÓGICA TEORIA E PESQUISA

Organizadora: Ruth C. L. Cardoso



Paz e Terra

### AVENTURAS DE ANTROPÓLOGOS EM CAMPO OU COMO ESCAPAR DAS ARMADILHAS DO MÉTODO

Ruth C. L. Cardoso

A reflexão metodológica no campo das ciências sociais vem tomando um rumo bastante curioso. A discussão sobre o papel do investigador, seu envolvimento e as conseqüências disto para a pesquisa são enfatizadas, ao mesmo tempo que se diminui o espaço do debate propriamente metodológico. Quase tacitamente estamos aceitando o ecletismo como um bom caminho para o conhecimento e qualquer pergunta sobre as limitações impostas por este ou aquele método é impertinente. Um indistarcado pragmatismo (muitas vezes confundido com politização) dominou as ciências sociais contemporâneas e desqualificou como ocioso o debate sobre os compromissos teóricos que cada método supõe. Concentra-se o interesse na relevância do tema estudado e na forma pela qual o investigador se engaja no estudo. Um pesquisador capaz de uma "boa" interação com as minorias ou grupos populares será sempre um porta-voz de seus anseios e carências, logo, da sua "verdade". O critério para avaliar as pesquisas é principalmente sua capacidade de fotografar a realidade vivida. Sua função é tornar visível aquelas situações de vida que estão escondidas e que, só por virem à luz, são elementos de denúncia do *status quo*.

Não deixa de ser interessante, para nós antropólogos, esta valorização da observação participante, mesmo que, como escreveu Eunice Durham, ela caminhe para a "participação observante". Entretanto, como tradicionalmente mantemos maiores compromissos com estas técnicas de trabalho, estamos também obrigados a refletir sobre sua utilidade, sem, entretanto, esconder que estamos lisonjeados pela legitimação que recebem (e recebemos) atualmente.

Para tentar esta reflexão, convém pensar sobre o porquê desta ênfase nas análises qualitativas que são vistas como substitutas dos sofisticados métodos quantitativos. Certamente esta oposição qualitativo/quantitativo não corresponde a modos opostos e inconciliáveis de ver a realidade. São modos diversos de resgatar a vida social

e chegar a iluminar aspectos não aparentes e não conscientes para os atores envolvidos. Entretanto, grande parte da comunidade científica esteve mobilizada em torno de uma polémica que supunha irredutível esta oposição, porque o modelo positivista dominava a cena e ditava regras.<sup>1</sup>

Na América Latina, o positivismo quantitativista não teve muito sucesso. Ficou limitado a alguns grupos académicos que, entretanto, tiveram papel importante como críticos das interpretações globalizantes e nem sempre bem fundamentadas. Mas, ao lado destes centros que garantiam uma competência específica para quantificar, sempre existiram os núcleos de inspiração histórico-estrutural (marxistas ou não), que buscavam compreender as particularidades de nosso continente e para tal elaboravam modelos de explicação globalizantes. E, convém ressaltar, estes dois modos de fazer ciência produziram resultados importantes e inovadores.

Mas os anos 60 foram de crise intelectual e de crítica às formas convencionais de conhecer e, quando estas posturas migraram para o Sul do Equador, produziram efeitos bastante particulares.

Um bom exemplo destes efeitos é o desenvolvimento que tiveram os estudos sobre mercado marginal de mão-de-obra e periferias urbanas. Eles dominaram a cena intelectual por muitos anos, o que se deve ao fato inegável de que as colocações teóricas sobre a marginalidade urbana foram extremamente importantes e criativas e, quando incorporaram o referencial marxista, forneceram uma interpretação muito sugestiva das sociedades dependentes. Entretanto, o desenvolvimento teórico da teoria da marginalidade contribuiu cada vez menos para o conhecimento dos fenômenos concretos e da verdadeira feição das metrópoles latino-americanas. As previsões políticas, decorrentes das análises de inspiração marxista, e que procuravam novos suportes para a transformação revolucionária, chegaram a um impasse por não conseguirem explicar os comportamentos concretos. É neste momento que as discussões sobre a função do exército industrial de reserva ou a superpopulação relativa das cidades com terciário inchado são substituídas por pesquisas que buscam uma lente de aumento para os comportamentos banais, onde deveriam estar os elos que interligam os processos

1. Mesmo no campo da antropologia as entrevistas e histórias de vida foram vistas com desconfiança e muitos esforços foram feitos para demonstrar que o método científico, baseado na concepção positivista de objetividade, podia ser aplicado ao estudo dos povos primitivos.

estruturais e as práticas sociais. Aníbal Quijano, depois de todos os seus célebres trabalhos sobre a economia marginal e seus efeitos sobre o capitalismo dependente, publica um livro que se chama *Vidas Marginais*, onde recolhendo histórias de vida pretende desvendar as teias que ligam os macroprocessos econômicos e os comportamentos concretos. O mesmo movimento ocorreu no Brasil, no início dos anos 60, quando renasceu o interesse pelo estudo de favelas e bairros periféricos justamente porque se pretendia *descrever* a metrópole e compreender por que o desenvolvimento previsto como excludente não produzia a revolta esperada entre os marginais.

No campo dos estudos sobre a classe operária também há uma inflexão no mesmo sentido: diminui o número de estudos sobre sindicatos ou relações industriais e aumenta o daqueles que procuram reproduzir o cotidiano dos operários, e cujo objetivo é desvendar o enigma de um suposto conformismo político. E o interesse principal da pesquisa engajada passa a ser mostrar os sinais velados de inconformismo e resistência que são delimitadores de um espaço operário.<sup>2</sup>

Em quase todos os temas que despertaram interesse nos últimos anos (movimentos sociais, participação política, estudos de bairros periféricos, conjuntos habitacionais, etc.), os cientistas sociais estão envolvidos em projetos que supõem a utilização de entrevistas lon-

2. Analisando mais profundamente estas leituras que procuram negar o conformismo operário pela descoberta de um inconformismo latente, seríamos levados a discutir o modo como estão utilizando o conceito de classe. Convém distinguir entre o conceito marxista, que supõe a luta de classes como um processo de construção da posição de classe com um lugar político, e as interpretações mecanicistas e sincrônicas que, apesar de assumirem um expresse engajamento com a causa proletária, tomam a situação de classe como um *estado* a ser descrito. Por este caminho, eliminada a dialética entre as classes, qualquer traço cultural distintivo é visto como resistência e a consciência da posição de explorado se transforma na consciência de classe. Muitas vezes, a coleta de material qualitativo se justificou como forma de detectar esta identidade oculta dos trabalhadores, mas, operando com uma noção estática e descritiva da classe, não se consegue ultrapassar as interpretações globais vigentes. O que era lido como alienação e conformismo (futebol, festas, malandragens, submissão) passa a ser lido como resistência. O convívio do pesquisador com os atores que para ele representam o proletariado é, freqüentemente, uma tentativa de ouvir e tornar público um discurso oculto que, ao ser revelado, manifesta uma identidade atemporal. A intenção destes pesquisadores é ler, através das linhas tortas do discurso cotidiano os sintomas que permitem manter intocável e inflexível o paradigma teórico.

gas e ampla convivência com os informantes. É uma espécie de volta ao significado em seu estado puro, ao discurso "real", que deve permitir descobrir novos sentidos não previstos pelas análises macroestruturais.

Porém, esta voga de novas técnicas de investigação e o interesse pelos atores sociais de carne e osso não se fizeram acompanhar de uma crítica teórico-metodológica consistente. Respondiam a um mal-estar, a um desencanto com as generalizações apressadas e os esquemas explicativos muito abstratos. Mas a volta ao concreto se deu pelos mesmos caminhos já trilhados pela ciência positivista.

Os anos 70 se caracterizaram pelo aparecimento de várias leituras do marxismo que dialogavam com a dureza da ortodoxia que dominara este campo. Entretanto, na América Latina, as críticas ao marxismo tiveram pouca influência na prática política. Sem ter chegado ao Estado de Bem-Estar Social e suportando um regime militar repressor, os intelectuais brasileiros estavam distantes da efervescência crítica que atingia a Europa e os Estados Unidos. Os pilares mais gerais da prática política marxista continuavam a ser úteis para interpretar nossa realidade, onde crescia a desigualdade na distribuição de renda e aumentava a repressão.

Entretanto, outros temas nascidos deste movimento crítico foram assimilados aqui. Em primeiro lugar, incorporamos a discussão sobre a politização da ciência e a necessidade de engajamento dos cientistas e, por outro lado, caminhamos facilmente no sentido da exploração das técnicas qualitativas de investigação, uma vez que nossa formação universitária sempre acentuou sua utilidade. Os núcleos quantitativistas no Brasil nunca foram muitos e se restringiram a algumas áreas do conhecimento.

Tudo isto criou uma situação onde não houve clima para um reexame dos instrumentos com que se constrói o conhecimento. Se, nos Estados Unidos, a valorização do dado qualitativo veio conjugada com o debate sobre as formas de conhecer, colocando em discussão o princípio positivista da neutralidade e objetividade do pesquisador, aqui estas técnicas foram revalorizadas sem maior inquietação.<sup>3</sup> A crítica à ciência vigente acentuou sua pobreza técnica e seu distanciamento do real, apontando para a necessidade de renovar as formas de coleta de dados como um passo fundamental

3. A título de exemplo lembro os seguintes trabalhos: Dell Hymes (Org.), *Reinventing Anthropology*. 1.ª ed., Nova Iorque, Vintage Books, 1969, que especificamente busca uma postura metodológica dentro do campo da an-

para enriquecer as interpretações. Este modo de ver o trabalho científico está bem perto da clássica formulação do empiricismo positivista: dados bem coletados devem falar por si mesmos.

Considero muito saudável a volta ao trabalho de campo e ao respeito pelo dado empírico, mas quero ressaltar o descompasso entre estas iniciativas e a assimilação da discussão sobre a natureza do conhecimento científico, o papel da subjetividade como instrumento de conhecimento, etc.

Pelo menos em um ponto esta revisão era e é oportuna: é preciso repensar a noção de determinação e de processos estruturantes para reconhecer um espaço para os sujeitos sociais. A redução do marxismo a um economicismo mecânico transforma os atores sociais em objetos e o comportamento em ações automatizadas. Sem uma revisão destas distorções teóricas, é difícil conseguir um bom rendimento das técnicas qualitativas de investigação.<sup>4</sup>

Mas o gosto pelo empírico tem suas conseqüências, e os pesquisadores se deram conta deste descompasso, ainda que não o enfrentassem de modo sistemático. Sintomas do mal-estar são as longas introduções e os numerosos artigos sobre a relação pesquisador/grupo pesquisado. Sentia-se a necessidade de elaborar intelectualmente esta relação justamente porque a concepção tradicional de neutralidade científica já não parecia útil. A defesa do engajamento político e a demonstração de que o conhecimento não pode se libertar de uma certa dose de ideologia colocaram quase como uma exigência a definição do pesquisador como um aliado dos grupos e minorias discriminadas, que também foram priorizados como objeto de estudo. Entretanto, esta intensificação da participação foi justificada por razões políticas e não pensada como instrumento do conhecimento.

O positivismo continuou a imperar nos cursos de metodologia e não se colocou em questão a natureza dos dados obtidos através destas novas formas de coleta. Negamos a neutralidade do pesquisador, apoiados com entusiasmo seu compromisso com o grupo estudado mas continuamos a conceber "os dados" como formas objetivas com existência própria e independente dos atores.

tiopologia; e Paul Feysband, *Against Method*. 1.ª ed., Londres, Verso Edition, 1978, que propõe uma nova visão do método científico.

4. É esta uma das razões pelas quais encontramos, freqüentemente, nos estudos baseados em trabalho de campo, um desencanto entre as introduções teóricas e a apresentação do material de pesquisa. O quadro teórico é muito mais declaração de princípios que uma construção de referências analíticas.

Também colaborou para minimizar o debate sobre esta questão a forte presença do estruturalismo em nossa cena intelectual. Tanto pela ótica de Lévi-Strauss como pela de Althusser, os sistemas simbólicos se impuseram como objetos privilegiados de análise. Estas novas perspectivas ou distinguiram circuitos diversos de comunicação, onde a troca de símbolos ganha autonomia, ou instâncias relativamente autônomas que repõem a questão da determinação das superestruturas. A instância ideológica ganhou espaço nas pesquisas e com ela as técnicas de análise do discurso também foram privilegiadas. A contribuição da lingüística foi, neste últimos anos, de fundamental importância para as ciências sociais, porém, as técnicas mais difundidas de análise da narrativa não puseram em causa os princípios positivistas. Pelo contrário, a delimitação de um corpus discursivo como suporte primeiro da análise sociológica reforça a evidência da externalidade do objeto e dificulta a interação entre o discurso dos atores e seu comportamento. Os modos tradicionais de exercitar a observação participante promoviam a participação como forma de desvendar os significados simbólicos de outras culturas. Uma espécie de mergulho no fundo do outro que é condição para o conhecimento, mas que, entretanto, deve sempre ser completado pela observação dos comportamentos e de sua recorrência.

O estruturalismo contribuiu para uma maior sofisticação da análise de discursos, que não foi acompanhada por uma renovação no campo da observação das práticas sociais. Continuamos a fazer entrevistas e histórias de vida sem aprofundar a discussão da relação entre o discurso dos atores e os sistemas estruturados, fossem eles entendidos como sistemas simbólicos ou como a estrutura de classes.

Por outro lado, a intensificação da participação dos investigadores foi justificada, menos como forma de aproximar para conhecer e mais como identificação de propósitos políticos entre pesquisador e pesquisado. Isto reduziu a pesquisa à denúncia e transforma o pesquisador em porta-voz do grupo. E, como consequência, elimina um dos passos importantes da pesquisa participante, que é o estranhamento como forma de compreender o outro. Mais adiante voltarei a esta questão metodológica. Agora quero discutir os efeitos da pesquisa, que é também ação política.

As pesquisas participantes são, muitas vezes, apresentadas como formas de levar ao grupo a consciência de sua situação, mas partem de interpretações políticas que ficam reificadas e por isso

já não podem ser enriquecidas pela investigação. É para quebrar esse círculo que Fejrabend reivindica, em seu livro *Against Method*,<sup>5</sup> uma teoria do conhecimento anarquista. A capacidade de se surpreender, que deve ser inerente ao trabalho do cientista, fica amortecida quando se propõe a fusão total do discurso do investigador com o do grupo investigado. Enunciado a partir de uma posição social determinada, este discurso expressa interesses contraditórios e é sempre parcial e fragmentado. É a sistematização que a ciência propõe que permite avançar para além destes fragmentos na busca de uma explicação mais global, porém, sempre provisória.

Não vou aprofundar agora esta discussão, que tem aspectos controversos e complexos. Quero apenas recuperar o velho modelo de observação participante (que supunha neutralidade do pesquisador) para compreender por que, atualmente, ele se transformou em participação observante. Isto é, por que, de adjetiva, a participação passou a substantiva e, neste movimento, se reinventou, a empatia como forma de compreender o outro, sem que Weber seja citado.

O problema não existe apenas porque a pesquisa engajada ganhou espaço, mas é resultado deste desinteresse pela discussão metodológica, como já assinala.

A interpretação que se constrói sobre análises qualitativas não está isolada das condições em que o entrevistador e o entrevistado se encontram. A coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas. Nestas investigações, o pesquisador é o mediador entre a análise e a produção da informação, não apenas como transmissor, porque não são fases sucessivas, mas como elo necessário. E, no Brasil, não houve muito interesse por desvendar estes processos. Tal como nos manuais tradicionais, a subjetividade é abolida e os discursos são analisados como exteriores aos atores que os produziram. As técnicas de investigação transitaram sem questionamento entre as pesquisas com ou sem observadores participantes. Entretanto, várias orientações teóricas não-positivistas formularam novos lugares para a subjetividade do observador. E não se trata do subjetivismo descontrolado invadindo o campo da reflexão racional, mas sim da natureza intersubjetiva da relação entre

5. Paul Fejrabend, *Against Method*. Londres, Verso Edition, 1978.

o pesquisador e seu informante. Uma entrevista, enquanto está sendo realizada, é uma forma de comunicação entre duas pessoas que estão procurando entendimento. Ambos aprendem, se aborrecem, se divertem e o discurso é modulado por tudo isto.

O artigo de Mintz, "Encontrando Taso, me descobrindo",<sup>6</sup> como o título indica, descreve esta relação com grande respeito. Contra seus críticos positivistas, Mintz afirma a importância da amizade para a história de vida de Taso. E esta amizade não se interpôs entre eles como um véu que impede a visão da "verdade" ou da "realidade". Pelo contrário, foi a convivência e a afetividade que permitiu chegar mais perto e mais fundo nos significados desconhecidos para ambos. Nesta relação o pesquisador se envolve completamente e por isso seus valores ou sua visão de mundo deixam de ser obstáculos e passam a ser condição para compreender as diferenças e superar o etnocentrismo. Em geral, apesar de que "as técnicas de metodologia qualitativa marcam uma ruptura decisiva com as técnicas quantitativas, o modo pelo qual são utilizadas supõe um compromisso secreto com o positivismo para manter o sujeito, finalmente, com um objeto. Além de toda preocupação com as técnicas e com a confiabilidade dos dados, está a crença (...) de que o objeto da pesquisa existe em um mundo externo".<sup>7</sup>

É ainda Willis, o autor do texto acima, quem continua esta discussão chamando a atenção para "a insistente e quase neuroótica preocupação técnica com a diferenciação entre a observação participante, o relato jornalístico ou a Arte". Diz ele: "o romance pode mergulhar na subjetividade — é assim que cria cor e atmosfera —, mas como teremos certeza de que o autor não inventou tudo? Sem dúvida, de certa maneira ele inventou! Se podemos acreditar na Arte é porque ela revela um aspecto da imaginação que também faz parte de muitas realidades sociais. Neste caso, nosso objetivo deve ser a busca de objetos unificados que podemos esperar que se apresentem como o mesmo para muitas pessoas".<sup>8</sup>

6. *In revista Dados*, vol. 27, 1984, n.º 1, p. 45-58.

7. Willis, P. E., "The man in the iron cage: not own method" in *Working papers in cultural studies* n.º 9, Center for contemporary Cultural Studies, University of Birmingham, Spring, 1976, p. 137.

8. Esta questão não é nova, apesar de ter sido pouco tratada. Já em 1953, Redfield publicou um artigo onde discutia a especificidade do conhecimento antropológico frente as outras ciências sociais, justamente por sua proximidade com a arte.

Este ponto é importante porque o resgate da subjetividade como instrumento de trabalho não deve ser justificativa para a indefinição dos limites entre ciência e ideologia e, portanto, não devem servir de desculpa para repor a velha oposição entre verdade e mistificação. A relação intersubjetiva não é o encontro de indivíduos autônomos e auto-suficientes. É uma comunicação simbólica que supõe e repõe processos básicos responsáveis pela criação de significados e de grupos. É neste encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendar sentidos ocultos e explicitar relações desconhecidas.

A prática de pesquisa que procura este tipo de contato precisa valorizar a observação tanto quanto a participação. Se a última é condição necessária para um contato onde afeto e razão se complementam, a primeira fornece a medida das coisas. Observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e os cotidianos, construindo cadeias de significação. Este modo de observar supõe, como vimos, um investimento do observador na análise de seu próprio modo de olhar. Para conseguir esta façanha, sem se perder entrando pela psicanálise amadorística, é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos. Do entrevistador e do entrevistado.

Este esforço não pode ser feito se não se coloca entre parênteses os grandes paradigmas interpretativos assim como os parâmetros usados pelos entrevistados para explicar o mundo. A teoria do conhecimento nos oferece um caminho para compreender a realidade e não uma série de "verdades" a serem comprovadas. O encontro com desconhecidos, com que se pode cultivar uma relação de alteridade, é que permite conhecer o modo de operar de sistemas simbólicos diversos que são postos em movimento por esta interlocução. O objeto do conhecimento é aquilo que nenhum dos dois conhece e que, por isso mesmo, pode surpreender. Logo, a novidade está na descoberta de alguma coisa que não foi comparável e não — como quer a noção usual de empatia — na comunhão.<sup>9</sup>

Está na hora de retomar a questão inicial deste trabalho: a ênfase no papel militante do pesquisador e o abandono da reflexão teórica sobre os caminhos da observação participante.

9. Willis, *op. cit.*, p. 141.



Não se pode dizer que os problemas relativos ao como fazer pesquisa não interessaram aos pesquisadores. Durante os anos 70, a grande maioria dos trabalhos de campo reservou espaço para a discussão da relação sujeito/objeto de investigação. Seja sob a forma de auto-análise do pesquisador, ou como relato das condições em que se realizou a investigação, estes autores contribuíram para tornar visível um aspecto escondido do trabalho de campo. Roberto Da Matta, em seu excelente ensaio — "O ofício do etnólogo ou como ter *anthropological blues*"<sup>10</sup> — mostra que a formação do pesquisador propõe o planejamento de todas as fases de seu trabalho, mas não o prepara para ver com olhos críticos seus humores, cansaços e infortúnios enquanto observador participante; e nem explicita o mecanismo pelo qual se chega a descobrir novidades.

Depois deste ensaio, muito se tem escrito sobre as aventuras do pesquisador. A perspectiva é freqüentemente limitada a uma auto-análise, mas certamente traduz uma inquietação. Arrisco afirmar que a subjetividade que não fomos treinados para controlar teima em se fazer presente e isto porque ninguém mais defende a noção de "neutralidade" que os manuais positivistas propunham como condição da ciência. Nestas condições, colocar o intelectual no cenário da pesquisa passou a expressar a necessidade de dominar a relação que leva ao conhecimento, mas, por outro lado, esses relatos se limitam às aventuras do antropólogo sem colocá-las explicitamente como etapas do conhecimento. Descreve-se, por exemplo, todo o folclore da entrada em uma favela para depois apresentar uma análise "objetiva" de sistemas de parentesco. É fácil perceber, entretanto, que estas descrições traduzem um mal-estar, causado pela falta de segurança quanto aos limites da participação e as exigências da objetividade.

Os conceitos de neutralidade e objetividade são freqüentemente esgrimidos como armas para garantir a legitimação do saber científico. Por isso mesmo, é fácil abandoná-las, e seria produtivo promover um debate sobre o estado desta questão. Este trabalho pretendeu ser um convite para abrir esta discussão.

10. Roberto Da Matta, "O ofício do etnólogo ou como ter *anthropological blues*", in Edison Nunes (Org.), *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

### Para iniciar o debate

Por isso não cabe concluir. É mais adequado apresentar algumas questões que merecem uma reflexão mais profunda.

1. O trabalho de campo contribuiu definitivamente para a crítica do economicismo e dos vários estruturalismos, mas deixou de ir à raiz das questões metodológicas e por isso levou a uma postura eclética. Talvez até possamos defender o eclétismo se soubermos conjugá-lo com o anarquismo de que nos fala Feyrabend (1978).
2. Uma contribuição inegável da volta ao trabalho de campo foi a presença de atores sociais, suportes dos discursos, que ganharam carne e osso e deixaram de ser autómatos. Depois de fazê-los entrar em cena, é preciso definir com que autonomia podem atuar dentro do *script*. Se, ao criticar o mecanicismo, também abandonarmos a noção de estrutura, ou ficamos sem resposta para esta questão, ou nos juntamos aos weberianos e parsonianos para estudá-la melhor.
3. Também merece cuidado a questão da subjetividade como instrumento de conhecimento. Aqui se beira tanto um irracionalismo muito em moda que nega a ciência (podemos lembrar o sucesso de Castañeda) quanto a camisa-de-força da crença na realidade exterior. O desafio está em encontrar um caminho intermediário.